CIDADANIA E DEFESA

BOLETIM INFORMATIVO

Nº 19 I Maio-Junho de 2006

Preocupação que o Irão nos dá...

AACDN ASSOCIAÇÃO DE AUDITORES DOS CURSOS DE DEFESA NACIONAL

Instituição de Utilidade Pública

Nº 19 I Maio-Junho de 2006

Cidadania e Defesa

Boletim Informativo da AACDN
Associação de Auditores dos
Cursos de Defesa Nacional

Praça do Príncipe Real, 23 r/c Dto
1250-184 Lisboa

Tel : 213 465 888
Fax: 213 257 886
E-mail:aacdn.boletim@mail.telepac.pt

visite o nosso site
www.aacdn.pt

Ficha Técnica

Direcção
Dr Abílio Ançã Henriques

Edição
Dr Francisco Marques Fernando

Composição Gráfica
Elisa Pio

Colaboração
Miguel Fradique da Silva

Colaboração Fotográfica
Lusa - Agência de Noticias
de Portugal, SA

Execução Gráfica
Gráfica Central de Almeirim, Lda
Zona Indústrial, Lote 41 - D
2080-221 Almeirim
Tel : 243 5910555 Fax: 243 597 559
E-mail:geral@gráficaCentral.pt

Tiragem
1 000 Exemplares

Neste número

3 I Editorial

4 I Encontros
e Desencontros Culturais
entre Espanha e a Ibero-América

7 I União Europeia

10 I O Irão e a Questão Nuclear

14 I Ministros da Defesa Nacional
General Loureiro dos Santos

16 I Acontecimentos
e Actualidades

18 I UmDeCadaVez

Capa - Voluntárias islâmicas, *basiji*

Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores

EDITORIAL

Caros Colegas

Nos últimos tempos, os temas ligados à Reforma do Estado têm sido motivo de múltiplas notícias na Comunicação Social, na sequência de iniciativas da esfera governamental ou em resultado da intervenção de diferentes actores sociais.

É neste quadro que, na área da Defesa, a reestruturação e/ou extinção do Instituto da Defesa Nacional (IDN) foi mencionada na Imprensa como consequência do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado.

O que nos surpreendeu a todos, no tratamento jornalístico da matéria, é que a possível extinção do IDN surgia englobada numa simples estatística de organismos públicos a desaparecer, sem qualquer referência às missões atribuídas ao mesmo, à relevância (ou irrelevância!) destas no plano nacional e, nomeadamente, ao futuro do Curso de Defesa Nacional.

Ora, estamos perante uma temática que não pode deixar indiferentes os Auditores de Defesa Nacional e a sua Associação. De facto, a importância do Curso de Defesa Nacional, enquanto programa de formação de altos quadros, do Estado e da sociedade civil, e instrumento de disseminação das preocupações nacionais em matéria de segurança e defesa, não pode deixar de ser realçada e enaltecida.

Para além disso, o IDN, enquanto instituição, tem constituído ao longo da sua existência um espaço privilegiado de *interface* entre a instituição militar e a sociedade civil. Por um lado, tem permitido àquela abrir as suas portas, dar-se a conhecer melhor ao seu *exterior* e entender de forma mais cabal as preocupações da sociedade em que está inserida; por outro lado, tem proporcionado a esta compreender melhor os desafios hoje colocados à instituição militar e a relevância da sua intervenção na nossa vida colectiva.

É neste contexto que a Direcção da AACDN entendeu desencadear um conjunto de intervenções imediatas, quer junto dos associados, quer junto dos poderes públicos, por considerar que a eventual extinção do IDN, com os consequentes reflexos no Curso de Defesa Nacional, é matéria à qual não pode ficar alheia.

Assim, em Março passado dirigimos missivas apropriadas ao Senhor Ministro da Defesa Nacional e ao Senhor Ministro de Estado e da Administração Interna, ao qual coube a designação da comissão técnica que levou a cabo o estudo que suportou o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado.

A par disso, promovemos um jantar debate sobre este tema, com o título ***A Reforma do Estado na Defesa Nacional – O IDN e o Curso de Defesa Nacional: que perspectivas?***, que teve como orador convidado o Senhor TenGeneral Garcia Leandro e do qual se dá notícia no presente Boletim.

Na audiência entretanto concedida pelo Senhor Ministro da Defesa Nacional à Direcção da nossa Associação, tivemos oportunidade de abordar desenvolvidamente esta matéria e de constatar, da parte do Senhor Ministro, o reconhecimento da relevância do Curso de Defesa Nacional, enquanto elemento formador da consciência nacional de segurança e defesa, bem como a especificidade do IDN, sem prejuízo dos aperfeiçoamentos orgânicos que se mostrem adequados.

Mais uma vez se confirma que, em quaisquer circunstâncias, é possível identificar ameaças mas também oportunidades. No momento presente, cabe-nos a todos acompanhar atentamente a evolução dos acontecimentos, e no insubstituível papel de Auditores da Defesa Nacional disseminar sempre, por todas as formas ao nosso alcance, a importância da temática da Segurança e Defesa para a afirmação de Portugal.

Abílio Ançã Henriques

Reflexões sobre Estratégia

Em 9 de Maio findo, teve lugar no Instituto Superior de Estudos Militares o lançamento de mais uma obra, de grande vulto e da maior actualidade, do General Loureiro dos Santos – Sócio honorário da AACDN -, intitulada *O Império Debaixo de Fogo - Ofensiva contra a Ordem Internacional Unipolar* (Publicações Europa-América).

A escolha para a apresentadora desta obra não podia ter sido mais bem conseguida: Fátima Campos Ferreira, licenciada em História, com o curso de Comunicação Social, Professora na Universidade Lusófona e jornalista experiente da RTP 1.

Da sua apresentação , extraímos algumas passagens, que retratam, com mestria, a mestria do autor.

Estamos perante um exaustivo estudo de estratégia à escala global. *O Império debaixo de fogo*: a ofensiva contra a ordem internacional faz uma avaliação transversal e sectorial do concerto dos continentes, das nações e das potências.

Observa minuciosamente a evolução da estratégia dos Estados Unidos desde o 11 de Setembro, passando pelas guerras do Afeganistão e do Iraque, e acompanha a reacção internacional desde o impulso do *Somos todos americanos* na sequência dos atentados às torres gémeas. Leva-nos até ao desentendimento sobre a invasão do Iraque, auge da estratégia unipolar, mas também nos referencia os primeiros sinais de que o *softpower* pode estar a ser recuperado enquanto estratégia.

O Império debaixo de fogo é uma espécie de mapa-mundi da política e da economia internacionais. Passa em revista todas as regiões do globo, sublinha especificidades e características e coloca os vários actores estratégicos em relação. Além disso, sempre que se torna útil, contextualiza, faz retrospectivas e desenha futuros cenários com os dados disponíveis no contemporâneo. E, desde logo, parte da constatação que o poder global dos Estados Unidos está profundamente abalado pela estratégia que foi seguida e que resultou em lances estratégicos contra a única superpotência, por parte dos actores mais expressivos da cena internacional.

Ou seja, o mundo está a mudar e em grande velocidade(...) A obra desenvolve-se por sete capítulos(...) O 7º capítulo é justamente dedicado a Portugal*: Como defender Portugal no século XXI…*

É uma análise ao País nos contextos europeu, transatlântico e da Comunidade de Língua Portuguesa. E é sobretudo um grande desafio, porque nos interpela sobre os princípios e a forma como estamos a organizar a soberania politica, económica e militar. Questiona sobre a nossa independência e fá-lo directamente sobre a Constituição.

Por exemplo, a Lei Fundamental atribui o título de Comandante Supremo das Forças Armadas ao Presidente da República, único orgão de soberania, sempre legitimado por uma maioria absoluta de eleitores, mas retira-lhe os poderes para exonerar directamente os chefes militares(...) Além disso, não conduz a política externa e não define o Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

O General Loureiro dos Santos pergunta, então, em que se traduzem esses poderes de Comandante Supremo das Forças Armadas, para além das honras protocolares que lhe são devidas, uma vez que não tem quaisquer competências em assuntos de segurança, nem sobre a definição das prioridades das Forças que comanda.

E constata que o Comandante Supremo " pode comandar muito pouco".

O autor vai mais longe, recordando que cada regime nasce com um código genético firmado na Constituição.

O actual regime democrático foi formatado na revisão constitucional de 82, feita, então, nesta matéria, não contra um PR em abstracto, mas contra o Presidente Ramalho Eanes. O autor conclui que, provavelmente, a modificação dos poderes do PR só será possível num futuro regime.

O importante sector da estrutura para a segurança do Estado é outra prioridade na análise do General Loureiro dos Santos que, face à inexistência de um orgão de *staff* que assessorie os orgãos de soberania (um erro que, no seu entender, nos está a sair caro) entende ser necessária a criação de um gabinete para a segurança nacional, que seja constituído por vários sectores da sociedade. E dá conta da urgência em tomar decisões nesta matéria, face aos novos contextos internos e externos. Aliás, sobre as ameaças que Portugal enfrenta no século XXI, o General enumera três tipos de comportamento:

"Aceitar as decisões politicas da União Europeia que nos privem do núcleo essencial da soberania, partindo do princípio de que o já adquirido não é passível de alteração, o que é completamente irrealista numa cena internacional em acelerada mudança;

Deixarmos de controlar a nossa economia e permitir que se entrelace com a economia espanhola;

Deixarmos erodir os valores que configuram a nossa identidade, permitindo que outros nos colonizem…"

E esta é a mais grave, porque, afirma o General, se o núcleo de identidade se mantiver, mesmo que possamos perder a independência, o País continuará a ter condições anímicas de a recuperar quando a conjuntura se modifique, o que, aliás, já aconteceu em 1640.

O General refere ainda que a nossa situação é agravada pelo facto do modelo económico e social de criação, obtenção e partilha dos recursos nacionais, que adoptamos depois do 25 de Abril, estar em vias de esgotamento, necessitando de adaptação urgente às realidades.

Loureiro dos Santos entende que para Portugal é vital agir inteligentemente na esfera internacional e, a propósito, fala da actuação do Governo no domínio da Defesa. Compreende o condicionamento da que considera grave e perigosa situação económica e financeira, que, a seu ver, constitui uma forte ameaça à independência nacional, mas,

…em que se traduzem esses poderes de Comandante Supremo das Forças Armadas, para além das honras protocolares que lhe são devidas, uma vez que não tem quaisquer competências em assuntos de segurança, nem sobre a definição das prioridades das Forças que comanda

também, refere a urgência de reorganizações estruturais, há muito sugeridas, quer por analistas, quer por chefes militares.

Perante os cenários, interno e externo, defende que é necessário avançar com a formulação de um efectivo Conceito Estratégico Nacional. E mostra-se muito crítico do documento actualmente em vigor neste domínio, afirmando "…que não tem qualquer significado por não produzir quaisquer efeitos permitindo tudo e o seu contrário".

… se o núcleo de identidade se mantiver, mesmo que possamos perder a independência, o País continuará a ter condições anímicas de a recuperar quando a conjuntura se modifique…

Vai mais longe, dizendo que não serve de justificação que a ultima definição estratégica seja recente, porque os EUA já fizeram a revisão da sua estratégia nacional, aprovada em 2003. A rápida evolução do xadrez internacional e

alteração dos quadros políticos assim o impõem.

Neste capítulo, encontramos também uma reflexão muito curiosa e actual. As relações entre o poder político e os chefes militares. O General afirma que subordinação, referindo-se à subordinação do poder militar ao político, não pode confundir-se com submissão. Compara o relacionamento destes dois poderes nos Estados Unidos, mostrando

Loureiro dos Santos (...) refere a urgência de reorganizações estruturais, há muito sugeridas, quer por analistas, quer por chefes militares

que, naquele país, os chefes militares são nomeados e demitidos pelo Presidente, mas são eles que têm de expor o seu programa, submetendo-se a questões em audições públicas perante a comissão do Congresso; ou seja, comprometem-se eles próprios e são avaliados.

Nesta matéria, em Portugal, não são dadas aos chefes militares garantias de imunidade, de preservação das manipulações partidárias ou sectoriais; ou, no extremo, são tratados como directores-gerais de estruturas burocráticas, ignorando-se o seu papel de comando de uma Instituição muito específica.

A História tem provado que estas reflexões do General Loureiro dos Santos têm acuidade. São, por isso, afirmações corajosas… que devem ser analisadas e debatidas…

No somatório, este é um capítulo marcado pela forte preocupação, face á perda de importância estratégica de Portugal no contexto internacional, pela grave situação

...subordinação, referindo-se à subordinação do poder militar ao político, não pode confundir-se com submissão

económica e financeira que atravessamos e pelos novos lances estratégicos internacionais, sobretudo a crescente influência da Ásia. Mas, se é certo que problematiza a nossa situação, também é claro que avança com propostas de soluções e caminhos.

No contexto global, a grande questão proposta por este livro é a interrogação sobre o futuro da nova ordem internacional, em termos de relação de forças. A actual ordem unipolar será mais ou menos enfraquecida? Assistiremos a uma nova ordem multipolar? E assente em que pólos?

Para o autor, o erro estratégico da guerra do Iraque diminui fortemente o poder mundial dos EUA. E vai aos quatro cantos do mundo à procura das reacções. Em primeiro lugar assinala o regresso da Ásia aos níveis superiores da Estratégia. E nesta área do globo reflecte sobre a criação da Organização de Cooperação de Xangai pela China e Rússia, já considerada como a NATO do Leste e que o General considera poder vir a ser a organização internacional regional, que se vai transformar no pólo desafiador mais perigoso, para a liderança global dos EUA. E que pode ser a concretização da Teoria Neo-eurasiana, em desenvolvimento na Rússia, para que a potência volte aos níveis estratégicos que já conheceu.

É claro que a chave institucional do jogo do poder está no Conselho de Segurança das Nações Unidas. E é aqui que o General detecta claramente o maior enfraquecimento da superpotência americana. A reforma do Conselho ganhou maior força na sequência dos *Objectivos do Milénio*, propostos pelo Secretário-geral. O capítulo V desse documento é justamente sobre o reforço das Nações Unidas nos seus vários orgãos, e sobre o Conselho de Segurança recomenda que deve ser globalmente representativo das realidades do poder nos dias de hoje. O jogo estratégico das diferentes potencias e a táctica defensiva dos Estados Unidos ainda não permitiram qualquer mudança, mas o centro estratégico do mundo encontra-se à deriva, em direcção à Ásia. E se a nova ordem internacional não se plasmar no Conselho de Segurança poderá organizar-se um centro de decisões alternativo, à margem da ONU, a desafiar os Estados Unidos e as potências que estiverem a seu lado. Ora, diz o General, isto será a suprema ironia.

Nesta dimensão percebemos como o centro de gravidade do mundo, que durante três séculos esteve no Atlântico, está agora a mudar-se para o Pacífico. É a ascensão da China, e mesmo da Índia, aos mais altos patamares de influência estratégica mundial.

No que diz respeito à China, o General revela-se um sinólogo... Conhece bem a trama da sociedade e chama a atenção para o orgulho de ser Chinês, para um certo revivalismo das glórias do nacionalismo chinês de outrora, que, aliás, é bem explorado no filme *Herói*.

Olha para dentro do país, estuda as suas vantagens, qualificações e objectivos, mas também aprofunda as vulnerabilidades. E alerta para os sinais de contestação às regras laborais e para tumultos internos, que podem embaciar a imagem da China como potencial de investimento estrangeiro.

Externamente, mostra-nos como a China, através da sua politica económica, procura os pontos do planeta que estão fortemente relacionados com as suas necessidades de recursos. É neste ponto que a China se coloca ao lado do Irão, e até da Venezuela, em rota de colisão com o Ocidente. A China também procura os combustíveis nas jazidas da Ásia Central e, numa acção que parece ser concertada com a Rússia, tenta expulsar os Estados Unidos que aqui se tinham posicionado no contexto estratégico da campanha do Afeganistão.

Uma das principais relações estratégicas, que o livro aponta, é entre os Estados Unidos e a China. Diz o General, de uma forma muito curiosa, que são como irmãos siameses, ou irmãos inimigos, que se equilibram.

E explica porquê: " Se a China deixar de comprar os títulos norte-americanos, parará o motor que mantem o desenvolvimento económico, ou seja, o dinheiro barato. Neste caso, o dólar entraria em queda rápida, o que

A juventude europeia reuniu-se num momento de silêncio, no Parlamento Europeu, em Bruxelas, no passado 10 de Março. A pausa comemorou as vítimas dos ataques terroristas, no ano findo, nomeadamente em Madrid e Londres **Foto © Lusa**

provocaria uma profunda depressão económica nos Estados Unidos, que, por sua vez, provocaria ondas de choque com efeitos semelhantes em todo o mundo e também na China, a quem o seu principal comprador (a América do Norte) deixaria de comprar. Estão, por isso, condenados a manterem poderes equilibrados, mesmo que contrários.

O General chama a atenção para o facto de, actualmente, o vector estratégico decisivo pertencer ao domínio do *softpower*, o que é paradoxal. São os instrumentos económicos e financeiros que comandam as relações de forças, até por inibição dos instrumentos militares, quando se sobe aos extremos, como seria o caso de um conflito nuclear.

Nos grandes eixos estratégicos regionais, os Estados Unidos confiam na India e no Japão, países que tentam influenciar e que podem actuar como procônsules da superpotência.

Noutro eixo, a China procura relações com a Rússia e com os estados da Ásia Central associados na Organização de Cooperação de Xangai, a tal organização à qual parece que temos dado pouca atenção. Foi esta organização que já estabeleceu o calendário da retirada das bases americanas do Quirguistão e Uzbequistão.

O General não tem dúvidas sobre os futuros equilíbrios de forças. A China e a Índia, com uma população superior a dois mil milhões e meio, estão em condições de recentrar o pólo estratégico do mundo. E socorre-se do estrategista chinês Sun Stzu para afirmar que a suprema arte da estratégia é vencer uma guerra sem combate.

Por isso, Loureiro dos Santos defende que os Estados Unidos, para manterem a hegemonia global, terão de regressar ao *softpower*, repetindo as orientações estratégicas da administração Clinton, ou seja, reorientar-se para o Império Benigno, abandonando o Império Arrogante. Ao longo da obra, percebemos, através de sinais diplomáticos, que o *softpower* está a ganhar força ou, pelo menos, que as divergências surgidas no seio dos *neocons* e da própria administração Bush levam a acreditar que pode haver uma inflexão na estratégia.

A decadência do pólo estratégico russo é outro dos capítulos do livro. Aqui, o General cita o Presidente Putin para afirmar que o colapso da União Soviética foi o maior desastre geopolítico do século XXI, porque as suas consequências determinam-se, justamente, nos nossos dias, embora o acontecimento seja do século anterior. Ao abordar a tentativa russa de recuperar o seu potencial de influência, o autor entende que a Rússia recorre à sua abundante riqueza em matérias primas, gás natural e petróleo, para praticar uma estratégia de grande significado político e diplomático. É só recordar a guerra do gás com a Ucrânia, por intermédio da Gazprom – a companhia estatal russa de energia. Mas também a Rússia tem utilizado o *softpower* para enfrentar os Estados Unidos.

Desencadeou lances estratégicos depois de Putin ter percebido que a superpotência era vulnerável, como no caso da fraca resposta ao furacão Katrina, e, sobretudo, no falhanço da guerra no Iraque. Deu o seu aval à eventual entrada da Alemanha no Conselho de Segurança contra a vontade americana. Participou nas conversações a seis com a Coreia do Norte sobre armas nucleares e, mais recentemente, chamou o Hammas a Moscovo, após a vitória eleitoral na Palestina. E recusou-se a retirar-lhe a ajuda financeira. Mas há mais: o piscar de olho, constante, ao Oriente, à China, sobretudo, ao conferir prioridade à construção de um *pipeline* em detrimento do que poderia abastecer o Japão, próximo dos Estados Unidos.

É só recordar a guerra do gás com a Ucrânia, por intermédio da Gazprom - a companhia estatal russa de energia

Foto © Lusa

Recentemente, a sua acção diplomática tem sido crescente, ao opor-se, juntamente com a China, a qualquer intervenção no Irão, na sequência do programa nuclear deste país e ainda quando lançou a chamada proposta russa para o enriquecimento de urânio.

Nesta zona do globo, a Organização de Cooperação de Xangai é a mais expressiva estratégia do contexto neo-eurasiano e conta com uma estrela de redes de gasodutos.

Como o General comprova, e face á impossibilidade de bater militarmente a superpotência, Moscovo utiliza a economia, os recursos e as alianças politicas como estratégia para a enfrentar.

Nas Américas, o General detecta diferentes estratégias, mas com fins idênticos: os actores tentam enfrentar e fragilizar a potência unipolar. Na Venezuela, Hugo Chavez, com uma postura ideológica próxima do modelo cubano, utiliza o petróleo como principal instrumento para o confronto com os Estados Unidos.

Aqui as grandes atenções estão voltadas para o Brasil, pelo papel decisivo que pode desempenhar.

No xadrez económico, Chavez tenta constituir a alternativa boliviana para as Américas, com a Bolívia e Cuba e aliciando o Uruguai, construindo uma outra espécie de NATO da América do Sul – a ALBA. Seria aliás uma resposta à intenção, também manifestada pelos Estados Unidos, de criar ainda uma outra organização que defendesse os interesses na região – a AICA.

Mas é o Brasil que, em conjunto com a Argentina, poderá ter a palavra decisiva e dar fôlego ao ambicionado mercado livre do MERCOSUL. Quando, em 2013, cessarem os subsídios às exportações de produtos agrícolas dos Estados Unidos e da União Europeia, o Brasil ascende a níveis elevados de influência estratégica. Além dos seus recursos minerais, já é considerada a quinta potência agrícola do mundo, mas está a ganhar terreno progressivamente. Daí o interesse da Casa Branca no Brasil. Basta observar o cuidado que tem colocado nas relações com o Brasil de Lula da Silva.

Uma situação curiosa: o General sublinha que o Brasil, na sua afirmação continental, ganhou já dois aliados que entre si estão em conflito – os Estados Unidos e a Venezuela. As acções de cada um deles, enfraquecendo-se mutuamente, favorecem as posições estratégicas brasileiras.

Primeiro Ministro do Hammas, Ismail Haniyeh

Foto © Lusa

Ao longo do livro, o General Loureiro dos Santos conduz-nos como se participássemos num jogo. Um jogo perigoso e aliciante, no qual, depois de entrarmos, não queremos sair, sem compreender claramente a dinâmica do mundo: os interesses, a geografia, a diplomacia, as tecnologias e, sobretudo, o misterioso comportamento humano tornam esta obra fascinante e de leitura obrigatória para quem, como nós, precisa de entender o sentido da vida global.

E é por isso que o autor dedica uma boa parte deste livro à compreensão da maior ameaça que o mundo enfrenta, o terrorismo fundamentalista islâmico.

Fá-lo logo no segundo capítulo, traçando o principal objectivo proposto pela Al Qaeda: formar um conglomerado geopolítico especifico, com um directório de países árabes mais poderosos, um orgão fiscalizador dos valores religiosos, tipo Conselho dos Guardiães, como existe na teocracia iraniana, e com valores fundamentais que desempenhem o mesmo papel que cabe aos valores democráticos na União Europeia. Ao mesmo tempo, o Iraque tornar-se-ia no país foco da restauração do Califado. Tudo isto, como referiu a carta de Zawahiri, em Julho de 2005, com procedimentos tácticos, porque "…nos encontramos numa batalha mediática, numa corrida pelos corações e pelas mentes da nossa Umma " – a comunidade islâmica global.

O autor nomeia a *Internet* como a área de operações privilegiada desta Umma extremista. Mostra-se conhecedor da forma como a *Internet* é utilizada. Chama-lhe uma grande madraça. Todas as línguas islâmicas estão presentes na Net. É ela que materializa a comunidade global dos crentes. Mesmo na prisão, os fundamentalistas têm continuado o trabalho de doutrinação através da *Internet*. Aliás, refere, simbolicamente, que Zarqawi, ao fugir no Iraque, não deixou para trás a kalashnikov, mas teve que deixar o seu computador portátil com que se tentava desenvencilhar. Vai mais longe: diz-nos que um atentado que não passe na *Internet* não existe.

A execução de um judeu pode não ser um facto em si mesmo, mas apenas um acto preparatório para compor um vídeo que se vai multiplicar por milhares de *sites* na *Internet*, afectos á Jihad islâmica.

Desvenda também outras actuações estratégicas do fundamentalismo, ao tentar abrir novos teatros de operações, para além do Iraque, de forma a fixar forças americanas e ocidentais, e inscreve nesta estratégia a guerra dos *cartoons*.

O General está convencido de que a invasão do Iraque foi, depois do 11 de Setembro, a maior vitória do terrorismo internacional. E que há um grau muito elevado da probabilidade do terrorismo utilizar a arma de destruição maciça nos próximos dez anos. É uma questão de tempo.

A última grande ameaça ao império unipolar vem do Irão. Por tudo o que foi dito, o Irão é estrategicamente poderoso, num contexto regional, crítico para todos.

O projecto nuclear iraniano mantem o mundo em suspenso. Temos assistido, diz o General, a um despique diplomático público, com jogadas de todos os lados, mas cujo tabuleiro se situa sobretudo na comunicação social. Aliás, o livro deixa implícito que hoje a comunicação social desempenha, também ela, um fortíssimo papel estratégico no contexto das nações.

Neste capitulo, faz-se o levantamento da História gloriosa do Irão e mostra-se como, na perspectiva do corpo dos guardas da revolução islâmica, os Estados Unidos estão

Mesmo na prisão, os fundamentalistas têm continuado o trabalho de doutrinação através da *Internet*

na agonia, um poder no *ofuli* (ocaso), enquanto o Irão está na *toluee* (aurora).

Separa, também, os dois projectos islâmicos para o Islão. O do Irão, xiita-político, de hegemonia regional, e o da Al Qaeda, sunita e wabista, de natureza informe, com múltiplos centros. Os dois projectos entraram em confronto no Iraque com os ataques de Zarqawi aos Xiitas.

Estamos a assitir, nesta fase, a uma utilização do *softpower* com intermediação das Nações Unidas, até porque o General entende que dificilmente os Estados Unidos têm capacidade de eficácia militar para cumprir um papel activo no Irão.

O autor coloca a possibilidade de vir a verificar-se uma aliança, no mínimo tácita, entre o Irão e os Estados Unidos sobre o nuclear. Os americanos colocavam em banho-maria a potência nuclear iraniana, ou o Irão desistiria do projecto, em função de um papel mais actuante no Iraque, tornando-se, na região, como uma potência procônsul dos americanos (...) Neste *Império debaixo de fogo*, fica claro que o centro de decisões estratégico está à deriva, em direcção à Ásia, que o Império unipolar tomou consciência da insuficiência das suas forças para alcançar a vitoria final e que, por isso, terá de regressar á utilização do *softpower*. Do ponto de vista das ameaças, a superpotência está cercada. Mas a sua superioridade militar e económica poderá permitir-lhe manter a supremacia por mais algum tempo.

No entanto, o que se encontra hoje em jogo é uma importante questão estratégica, que está a opor a potência unipolar, a todos os actores que desafiam a sua hegemonia e a pretendem substituir por outras hegemonias partilhadas entre varias potências. Estaria em embrião uma nova ordem multipolar.

Quanto à Europa, todos conhecemos o impasse e o novelo de indefinições da União, que hoje celebra mais um aniversário. Os passos que forem dados, ou a ausência deles, também vão condicionar a futura ordem internacional. A ver vamos…

Na guerra pelo controlo tecnológico e pelo espaço electrónico, os americanos também estão na mira dos actores internacionais. A sua capacidade de actuação sobre a *Internet*, enquanto instrumento de poder global, está a ser posta em causa. A governança da *Net* tem estado a ser estudada por um grupo alargado nomeado pelo Secretário-Geral da ONU.

Os Estados Unidos já se adiantaram, fazendo saber que não cedem o controlo que detêm do sistema de atribuição de caracteres e endereços, mas a prazo o autor acredita que será inevitável uma alteração da situação.

Com efeito, este texto enquadra-se nas preocupações da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional.

General Loureiro dos Santos

(IV e V Governos Constitucionais)

Nome: José Alberto Loureiro dos Santos
Data de nascimento: 2 de Setembro de 1936
Naturalidade: Freguesia de Sabrosa, Concelho de Vila Real
Pai: Augusto Rodrigues dos Santos
Mãe: Alice da Conceição Loureiro
Número de filhos: 3

O General Loureiro dos Santos é, actualmente, uma figura incontornável entre os comentadores de assuntos militares e de defesa nacional e internacional, sendo regularrmente requisitado pelos órgãos de comunicação social portugueses.

Iniciou a sua carreira militar em 1953, quando ingressou no curso de Artilharia, depois de ter obtido o prémio nacional do melhor aluno dos liceus**.** Foi o primeiro classificado, em 34, sendo promovido a Alferes, em 1957. Começou por prestar serviço na Escola Prática de Artilharia e cumpriu uma Comissão de Serviço em Angola. Regressado a Portugal, foi instrutor no Regimento de Lanceiros n.º 1. Entre 1966 e 1969, frequentou o Curso de Estado-Maior, no qual obteve a classificação de "distinto". A sua promoção a Major valeu-lhe a nomeação para Adjunto da Repartição de Gabinete do Chefe de Estado-Maior do Exército. Após ter concluído o doutoramento em Ciências Militares, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro, foi enviado para Cabo Verde, em 1972, como CEM do Comando Chefe das Forças Armadas e do Comando Militar. Foi também, neste território, encarregado do Governo e Delegado da Junta de Salvação Nacional. Entre 1974 e 1976, fez parte da Direcção da Arma de Artilharia e foi Secretário Permanente do Conselho da Revolução. Participou no planeamento e execução das operações, que contiveram o golpe de 25 Novembro. Em 1977, foi graduado em general de 4 estrelas, para assumir as funções de Vice-Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Foi Ministro da Defesa dos IV e V Governos Constitucionais. Após a promoção a coronel, foi nomeado Comandante do Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea de Cascais, onde se manteve até 1981. Nos três anos seguintes, foi Director do Departamento de Operações e, até 1987, Comandante-Chefe das Forças Armadas do Arquipélago da Madeira e Comandante da ZMM. A Direcção da Arma de Artilharia (entre 1987 e 1988), a nomeação para Quartel-Mestre-General (1988-1990) e a Direcção do IAEM (1990-1991) abriram-lhe o caminho para a Chefia do Estado-Maior do Exército, a partir de 18 de Março de 1991. Por questões pessoais, um ano e meio depois, pediu a sua exoneração. A partir de 1993, já na reserva, leccionou Estratégia, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, e História Militar, na Universidade Lusíada. Em 1998, passou à reforma.

Para além da participação regular em conferências e seminários, o General Loureiro dos Santos é autor de importantes obras, sendo a mais recente *O Império Debaixo de Fogo*.

O seu espírito crítico e analítico levou-o a pronunciar-se, não raras vezes, sobre questões, de algum modo, controversas. Em 2003, por exemplo, assumiu-se como um céptico em relação à intervenção militar no Iraque e discordou do envio exclusivo de militares da GNR para aquele território, por considerar que "uma solução mista, composta por forças militares e forças da GNR" era a mais adequada. No mesmo ano, na sequência da exoneração do CEME, General Silva Viegas, fez passar um comunicado, juntamente com alguns dos ex-CEMEs, criticando "as tentativas de intromissão do Ministro da Defesa [Dr Paulo Portas] nas áreas específicas de comando do CEME", bem como os atrasos na aquisição de material de guerra, prevista na Lei da Programação Militar (LPM). Relativamente aos protestos dos militares, que tiveram lugar em São Bento, em Agosto do ano passado, Loureiro dos Santos concordou com o propósito da iniciativa, mas não com a forma de actuação: "possivelmente tinham razões para actuar, mas não se pode infringir a Lei Militar". Referiu ainda que "estão em causa as alterações aos direitos militares que compensam compromissos e deveres que mais nenhuma profissão tem" e que as políticas do governo "no seu conjunto, incluindo os vencimentos para o pessoal do activo, afectam exageradamente a condição militar".

Principais medidas enquanto MDN

Juntamente com o EMGFA e os ministérios da Indústria e Tecnologia e dos Transportes e Comunicações, Loureiro dos Santos participou na Portaria n.º 90/79 de, 21 de Fevereiro. em síntese, esta portaria estipulava a constituição de uma delegação portuguesa no *Petroleum Planning Comittee*, um organismo civil da NATO. Foi também responsável pela elaboração e proposta do Decreto-Lei que estabeleceu o Centro Operacional de Emergência de Protecção Civil.

A 23 de Maio do mesmo ano, assinou, juntamente com os ministérios da Administração Interna, da Indústria e Tecnologia e da Habitação e Obras Públicas, os Decretos-Lei n.º 142/79, 143/79 e 144/79 que regulamentavam as condições de segurança, nas instalações civis, de fabrico e de armazenamento de produtos explosivos. Apresentou, ainda, uma proposta de Lei de Defesa Nacional, que não foi debatida, devido à dissolução da Assembleia da República.

Alferes Ana Dias,
Licenciada em Comunicação Social pelo ISCSP
e Redactora do *Jornal do Exército*

Questões políticas não resolvidas

União Europeia*

O problema dos mecanismos de decisão

Eis outra das questões não resolvidas, neste contexto do presente modelo de construção europeia do pós-guerra.

Quando se fala de decidir, fala-se de poder e existem três níveis para a sua discussão e definição: **Quem** decide? **Em que matérias** decide? **Como e de que modo** decide? Por fim, **a quem presta contas** das suas decisões?

No **quem**: tem-se assistido a uma luta entre a Comissão e o Conselho Europeu, com o Parlamento a exigir, pelo meio, mais poderes, com o argumento de que é o único órgão eleito por todos os cidadãos europeus, o que é verdade. No campo das definição das esferas de competência, cada órgão tem tentado puxar para si as matérias reputadas, por cada um, de mais importantes.

No **como**, **de que modo** e **em que matérias**: a discussão continua à volta de se definir em que situações se deve aceitar a decisão por maioria - e neste caso definir de que maioria estamos a falar, se maioria simples ou qualificada e qual o método - ou em que situações a decisão por unanimidade deve ser exigida.

Tudo isto se cruza, e é uma resultante, em boa medida, com o modelo que se pretende instituir nas Comunidades e na União Europeia. Se o modelo federal, se o modelo intergovernamental. E nestas matérias do que estamos claramente a falar é de PODER.

Mas voltemos às questões da tomada de decisões. Para complicar um pouco mais tudo isto, o modelo de decisão depende dos alinhamentos políticos de cada momento, dos interesses particulares de cada país – que ninguém minimamente informado ignora que os há – e dos futuros alargamentos previstos, com os interesses novos daí resultantes.

Por tudo isto, e por que não existe unanimidade de pontos de vista no seio dos vinte e cinco, e como se está a discutir a questão mais importante das Relações Internacionais que é o Poder, a questão não está resolvida, e difícilmente o estará. E a tentativa de uma Europa a duas velocidades é disso um indício muito forte.

O Tratado de Nice destinou-se a preparar o alargamento da União Europeia

Se este problema subsistir, se não for bem resolvido, pode fazer retroceder o projecto do espaço europeu. E este problema só o é, porque cada vez há mais matérias a serem, tentativamente, postas em comum. O que pode ser bom, ou pode, por si só, destruir todo o edifício já construído, por este poder estar a atingir uma **situação de "excesso de peso",** tal o número de matérias que nele pretende ser instalado. Vejamos brevemente esta parte:

Os mecanismos de decisão formulados pelo Tratado de Nice

O sistema de organização da hoje denominada União Europeia foi instituído, como já vimos, pelo Tratado de Maastricht e é basicamente o seguinte:

Preparação das Decisões (Comités Especiais e/ou Grupos de Trabalho enviam-nas para o COREPER);

Propostas da Comissão; e Tomadas de Decisão (do Conselho ou a da Comissão, conforme os casos).

Cabe aqui uma nota de clarificação do que é, e como funciona, ou que poder tem, cada um dos órgãos da União Europeia, acima mencionados, de forma a contribuir para um melhor conhecimento de todos sobre as matérias em apreço.

Assim, o **COREPER** é a sigla do Comité de Representação Permanente, que é constituído pelos Chefes das Missões Diplomáticas acreditadas junto das Comunidades, em Bruxelas. Tem funcionários na sua dependência e é um órgão de ajuda do Conselho, na preparação das decisões a serem aí tomadas. O COREPER tem duas divisões – 1 e 2 – e é a este nível que se travam as primeiras discussões sobre os assuntos. Se neste nível houver acordo por unanimidade, nalgum assunto, este será metido na parte A da agenda dos trabalhos do Conselho e será por este adoptado sem discussão. Os grupos de trabalho apoiam o COREPER. Os Comités especiais, na dependência do COREPER, reúnem os peritos permanentes, de áreas de intervenção específicas, como, por exemplo, a Agricultura, as Pescas, as Questões Monetárias e outras.

... o sistema decisório das Comunidades, no Conselho, sempre assentou em duas modalidades: **o sistema da unanimidade e o da maioria qualificada**

A **Comissão** (ver Art.º 211 e segts. – Tratado da C.E.) é o órgão "guardião" dos Tratados e o órgão de cúpula de gestão das actividades das Comunidades. É formado por Comissários independentes dos Estados, que decidem sobre o dia-a-dia das Comunidades. Tem o poder de iniciativa de propor ao Conselho medidas destinadas a salvaguardar ou a impulsionar a construção europeia.

O **Conselho** pode ser entendido de duas formas: O Conselho Europeu (ver o Art.º 4º do Tratado da C.E), que é formado pelos Chefes de Estado e de Governo dos Estados Membros e é o órgão supremo da União Europeia; e o Conselho (ver o Art.º 202º e segts. – Tratado da C.E), que é formado pelos Ministros das diversas pastas, dos diversos países, unidos por áreas, que se reunem para decidir sobre aspectos ligados às mesmas. O exemplo mais conhecido é o ECOFIN, que é o Conselho de Ministros da Área Económica.

Posto isto, o sistema decisório das Comunidades, no Conselho, sempre assentou em duas modalidades: o **sistema da unanimidade e o da maioria qualificada**, vigorando cada uma dessas modalidades consoante as situações concretas, determinadas pelos Tratados, as quais têm sido alvo de alterações sucessivas. No Tratado da União, a Decisão por Unanimidade era obrigatória quando se tratavam das questões relacionadas com as Matérias Estruturais, por exemplo, de não-discriminação de nacionalidades, da liberdade de residência, do reforço da cidadania europeia, da admissão de novos membros, da celebração de acordos com terceiros, da protecção social de trabalhadores, da cultura, da política industrial ou da revisão dos tratados.

Outra regra era a prevista no Art.º 7º referente às questões relacionadas com a violação do estatuído nos tratados, a respeito dos défices públicos.

No anterior Tratado, o Conselho Europeu deliberava por unanimidade, sob *proposta de um terço* dos Estados Membros ou da Comissão, e, após parecer favorável do Parlamento Europeu, à verificação de violação grave e persistente de algum dos princípios enumerados no nº1 do Art.º 6º foi acrescentada uma alínea, pelo Tratado de Nice, em que o Conselho, decidindo por quatro quintos, *pode* dirigir uma Recomendação ao Estado-Membro prevaricador.

O Tratado de Amsterdão já tinha alargado a possibilidade de o Conselho poder passar da decisão por unanimidade, para a decisão por maioria qualificada, em vários campos antes não abrangidos.

O Tratado de Nice reforçou o campo das possibilidades de decidir por maioria qualificada em mais 27 disposições, tentando, segundo uns, aumentar a eficácia da tomada de decisões, segundo outros aumentando os poderes do Conselho e a supranacionalidade das Comunidades.

Para se ter uma ideia, aqui se listam algumas das matérias em que a decisão é tomada por maioria: orientações e acções de incentivo em matéria de emprego (artº 128º nº2 e artº 129º); exclusão social (artº137º nº 2); livre circulação de pessoas (artº 42º); regimes especiais para cidadãos estrangeiros (artº 67º); saúde pública (artº 152º, nº 4); igualdade de oportunidades e igualdade de tratamento entre homens e mulheres (artº 141º, nº 3); investigação e desenvolvimento tecnológico (artº 166º); luta contra a fraude (artº 280º, nº4); cooperação aduaneira (artº 135º); estatísticas (artº 285º); protecção de dados – instituição de uma autoridade consultiva independente (artº 286º); regiões ultraperiféricas (artº 299, nº 2); transparência (artº 255º).

Substancialmente, e em jeito de resumo, pode dizer-se que o Tratado de Nice se destinou a preparar o alargamento da União Europeia.

O Tratado mexe em três questões sensíveis que são: a dimensão e a composição da Comissão Europeia, a ponderação dos votos no seio do Conselho e a questão da possível extensão dos assuntos, ou matérias que podem ser objecto de votações por maioria qualificada no Conselho. Isto para além das questões que se prendem com a composição e poderes do parlamento europeu e com o sistema jurisdicional da União Europeia.

Na perspectiva de uma União Europeia com 27 membros, o número de Deputados do Parlamento Europeu elevar-se-á dos actuais 700 aos 732. Haverá uma redistribuição do número de lugares, o que implica a redução de 91 Deputados dos actuais Estados-Membros.

Só a Alemanha e o Luxemburgo mantêm o actual número de Deputados. Por exemplo, Portugal passará dos actuais 25 eleitos para 22; significa que em termos de quota percentual Portugal passará de 3,57% para 3.01%.

O número de votos no Conselho, detidos por cada

Estado, é também alterado. E para quinze membros, os cinco Estados mais populosos verão reforçado seu peso de 55% para 60% dos votos.

O limiar da maioria qualificada foi fixado para a União em 169 votos, num total de 237, ou seja, 71,31%. O limiar evoluirá em função do ritmo das adesões, a partir de uma percentagem inferior à actual (71,26%) até um máximo de 73,4%.

Na União a 27 membros, o limiar necessário a uma maioria qualificada atingirá os 73,91% dos votos.

O nosso país dispõe actualmente de cinco votos no Conselho. Passará a dispor de 12. No entanto, **o nosso peso específico, medido em votos no Conselho, passará dos actuais 5,75% para 3,48%.**

O Tratado prevê a *possibilidade* de um membro do Conselho solicitar que se verifique se a maioria qualificada representa, pelo menos, 62% da população total da União. Se assim não acontecer, a decisão, eventualmente tomada, não será adoptada.

Quanto à composição da Comissão, cada país tem um Comissário. Significa isto que os países que tinham mais do que um Comissário passaram a ter só um. Estão neste caso a Alemanha, o Reino Unido, a França e a Itália.

A partir do momento em que a União seja a 27, prevê-se que o número de Comissários seja inferior ao número de Estados. Assim, os membros passarão a ser escolhidos numa base de rotação. No entanto, a decisão definitiva quanto ao número de Comissários só será tomada, segundo os termos do Tratado, quando da entrada do 27º membro.

Estamos perante um quadro de tentativa de estabelecer novos equilíbrios de poder, pois é disso que se trata. Equilíbrios difíceis, não definitivos, mas que mudarão nos próximos anos o quadro decisório da União Europeia e cujos resultados são incertos.

Foi um dos desafios que se colocaram em 2002/2003, aquando da realização da Convenção sobre o futuro da Europa.

É uma questão séria que deverá ser aprofundada pelos Chefes de Estado e de Governo dos países membros da União.

... o nosso peso específico, medido em votos no Conselho, passará dos actuais 5,75% para 3,48%

Com o chumbo democrático do projecto federalizante da "Constituição Europeia" pelos eleitores franceses e holandeses, o futuro destas matérias ficou em causa. Veremos o que o futuro nos reserva.

Miguel Mattos Chaves, Mestre em Estudos Europeus pela Universidade Católica

* **Com este artigo completa-se um ciclo acerca da União Europeia, que, com certeza, serviu para esclarecer os leitores sobre as diversas questões, resolvidas umas, outras em aberto.**

O novo edifício do Parlamento Europeu em Estrasburgo

Foto © Lusa

O Irão e a Questão Nuclear

Problema escaldante do momento presente, merece uma análise por quem é perito na matéria. Dai, a publicação deste artigo.

Ahmadinejad, o presidente do Irão eleito em Junho de 2005, tem vindo a escalar a crise nuclear, que data de 2003 e que subiu para um novo patamar em Janeiro deste ano, quando o regime decidiu retomar a actividade no centro de pesquisa nuclear de *Natanz* e em duas instalações de apoio. Ahmadinejad deixou bem claro que o Irão não vai abdicar do seu programa nuclear e, caso se intensifiquem as pressões sobre o seu regime, que tem meios para retaliar. Pode recorrer ao petróleo como meio de pressão sobre o Ocidente, caso este recorra ao Conselho de Segurança (CS) das Nações Unidas para impor sanções. Efectivamente, o Irão dispõe das segundas maiores reservas de petróleo do mundo e de 11% das reservas de gás. Para todos os efeitos, Teerão ameaçou já suspender a sua cooperação com a Agência Internacional da Energia Atómica (AEIA) se o país for alvo de sanções por parte do CS.

Na origem da actual crise, está a posição de Teerão de defender que não existem restrições à pesquisa nuclear no âmbito do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP): "O Irão não se comprometeu a não realizar experiências. É nosso direito inalienável possuir a tecnologia nuclear." Irão escuda-se no artigo IV do TNP que, diz, dá aos signatários "o direito inalienável de desenvolver a investigação, produção e uso de energia nuclear para fins pacíficos" e adquirir tecnologia para este efeito a outros signatários. O Irão está numa fase avançada no desenvolvimento do ciclo de combustível nuclear. Em Abril, o Irão declarou ter enriquecido uma pequena quantidade de urânio a 3.5%. O Irão tornou-se, assim, o décimo país no mundo a fazê-lo, além dos cinco membros do clube nuclear e de Israel, Índia, Paquistão e Brasil.

Contudo, a capacidade de enriquecer (parcialmente) urânio não significa a possibilidade de produzir uma bomba nuclear. Para isso, é preciso o enriquecimento a 80%, o que, por sua vez, exigiria 16 000 centrifugadoras pequenas. Estima-se que o Irão tenha 180. Segundo Juan Cole, um notável especialista em questões iranianas, o "Irão está a 10 anos da obtenção da bomba".[1]

Os Iranianos dizem querer proceder ao enriquecimento de urânio em pequenas quantidades para fins de investigação. A União Europeia (UE) e os EUA têm um entendimento diametralmente oposto e não vêem qualquer diferença no enriquecimento de urânio em pequena ou larga escala, pois a questão relevante é o domínio da tecnologia do processamento – a partir daí, pode ser empregue para fins civis ou militares. Os países ocidentais argumentam ainda que não é possível confiar no regime de Teerão, devido ao facto de este ter ocultado parte do seu programa nuclear desde que o desencadeou em meados dos anos 80, numa altura em que estava envolvido na guerra com o Iraque.

O nuclear foi retomado em 1997 pelo reformista Mohammed Khatami, tido como um liberal. O domínio da tecnologia nuclear é uma causa popular, defendida por mais de dois terços da opinião pública iraniana e pelas elites, independentemente da sua posição no espectro político, porque reforça o orgulho nacional.

O Irão pretende dotar-se da arma não para a usar: não é provável que o Irão desencadeie uma guerra nuclear no Médio Oriente atacando o seu arqui-inimigo, que é também a única potência nuclear da zona – Israel. A arma nuclear confere ao Estado, que a possui, poder, influência, *status*, poder de negociação e de chantagear. O problema é que a bomba vai exacerbar a instabilidade no Médio Oriente e intensificar a corrida armamentista em curso. Os líderes iranianos querem a bomba para evitar que os Estados Unidos ou a Grã-Bretanha façam no Irão o que fizeram no Iraque em 2003: a bomba teria efeitos dissuasores em relação a possíveis ataques. As armas nucleares são entendidas como substituto das armas convencionais ou como meio de neutralizar as vantagens dos Estados hostis. Anthony Cordesman, um especialista, diz que a "... proliferação de armas de destruição maciça oferece aos Estados que dominam uma das corridas armamentistas uma forma de continuar a procurar a superioridade, ao mesmo tempo que oferece aos Estados mais pobres ou 'desafiadores' uma forma mais económica de tentar igualar a balança militar. Em muitos aspectos, a aquisição de armas de destruição maciça é simplesmente uma extensão lógica da corrida ao armamento convencional, por outros meios".[2]

Àparte isso, o regime iraniano tem outros objectivos estratégicos. Ele acredita que uma bomba altere a balança de poder no Médio Oriente. Israel deixará de ser o único Estado da região a possuir a arma dissuasora por excelência. E os estrategas iranianos esperam usar a ameaça da bomba para aumentar a sua influência na região e para reforçar o seu patrocínio à frente anti-israelita e anti-ocidental nos Estados do Golfo Pérsico. Os grupos terroristas e insurreccionistas apoiados por Teerão têm em curso, desde a implantação do regime fundamentalista, uma jihad que vai de Buenos Aires a Beirut. Em todos estes anos, e apesar da presidência do moderado

O domínio da tecnologia nuclear é uma causa popular, defendida por mais de dois terços da opinião pública iraniana e pelas elites, porque reforça o orgulho nacional

Khatami, o Irão não desistiu dos seus propósitos de exportar a revolução e de reforçar a influência do Xiismo. Possuir em escudo nuclear vai-lhe permitir proteger e encorajar as actividades desestabilizantes daqueles grupos. Os grupos anti-israelitas, como o Hezbollah, Hamas e a Jihad Islâmica, usam o território libanês e palestiniano para lançar as suas actividades terroristas contra Israel. Àparte isso, Teerão ambiciona incitar a rebelião entre os Xiitas que residem na Arábia Saudita e outros Estados do Golfo. São comunidades marginalizadas

Centro de pesquisa nuclear de *Natanz*

e descontentes, que vivem no epicentro do mundo sunita e que o Irão ambiciona agitar para os seus interesses próprios.

A comunidade internacional tenta mostrar uma frente comum em relação à ameaça iraniana, apesar das divisões e desentendimentos quanto à resposta a dar ao Irão. Os países da *troika* empenhados nas negociações (Alemanha, França e Reino Unido) têm vindo a endurecer a sua postura à medida que o Irão vai subindo a parada. Este endurecimento tem o seu lado negativo para estes países da UE, para quem o relacionamento comercial com o Irão é um grande aliciante. Teerão sabe com quem joga. A UE já no passado demonstrou tibieza face a Teerão, em *dossiers* como o terrorismo iraniano na Europa e no caso Rushdie. Os países europeus não deram uma lição exemplar ao Irão, quando Khomeini lançou a sentença de morte sobre Rushdie, nem, apesar da política de eliminação física dos dissidentes iranianos, aos que vivem na Europa. A falta de determinação europeia é o resultado directo dos fortes interesses económicos que a UE tem neste país do Golfo Pérsico.

A comunidade internacional tenta mostrar uma frente comum em relação à ameaça iraniana, apesar das divisões e desentendimentos quanto à resposta a dar ao Irão

Em troca da cooperação iraniana, a UE tinha oferecido ao Irão apoiar o seu pedido de adesão à Organização Mundial de Comércio, vender seis Airbuses civis e concluir um tratado de comércio e cooperação bilateral. Mas algumas destas promessas estão dependentes da boa-vontade americana e, portanto, podem revelar-se inviáveis. No que se refere aos benefícios comerciais, o Irão é já o maior parceiro comercial da UE, pelo que, do ponto de vista de Teerão, ulteriores benefícios teriam de ser substanciais para valerem o sacrifício das suas aspirações. A última proposta europeia, no ano passado, foi o que fez irritar Teerão: a UE propôs fornecer ajuda económica e transferência de tecnologia no campo nuclear em troca da desistência iraniana permanente de dominar o ciclo nuclear.

O ponto de viragem nas negociações aconteceu no Verão de 2005, quando as negociações da *troika* chegaram a um beco sem saída. Nos últimos meses, houve mudanças no Irão que os Europeus não souberam reconhecer. A eleição de Ahmadinejad contribuiu para o impasse negocial. A sua retórica populista e fundamentalista e o facto de ele ter mudado a equipa negocial iraniana contribuíram para dificultar o diálogo. Ahmadinejad é um homem sem traquejo na política internacional, cuja visão do mundo encerra uma profunda desconfiança do Ocidente.

Na condução das negociações, os Iranianos têm bem presente o caso similar da Coreia do Norte, que desenvolveu armas nucleares ao arrepio do TNP, posteriormente decidiu retirar-se do tratado e conseguiu sair impune, tendo, além disso, obtido chorudas compensações por parte de Washington e de Tóquio. Aliás, os Iranianos fazem a comparação com a Coreia do Norte e pensam por que é que não podem obter as mesmas recompensas pela sua cooperação.

O presidente iraniano critica a posição do Ocidente que acusa de ter dois pesos e duas medidas: pretende

privar o Irão de tecnologia nuclear, mas permite que Israel mantenha um arsenal nuclear que, aliás, nunca declarou oficialmente.

Os países que condenam de forma mais veemente as actividades nucleares de Teerão são os EUA e Israel. A Casa Branca considera que o recurso ao CS constitui a "única opção" para tentar impedir o Irão de obter a arma nuclear. Nos EUA, muitos sectores têm vindo a defender o recurso ao instrumento militar para bloquear o Irão. Condoleezza Rice, a chefe da diplomacia americana, considerou o Irão o "desafio número um" das autoridades americanas. Segundo Washington, a ameaça resulta da política iraniana de apoio aos activistas e a grupos anti-Israel, aos rebeldes do Iraque e à eventual aquisição de um arsenal nuclear: "Podemos não enfrentar um desafio maior vindo de um só país do que o do Irão, cujas políticas são destinadas a criar um Médio Oriente que será 180 graus diferente daquele Médio Oriente que nós gostaríamos de ver criado."[3]

A Índia e a China desempenham um papel decisivo na evolução da crise. Têm fortes laços com o Irão, mas querem a estabilidade da região e do sistema internacional. Moscovo, que este ano preside ao G8, não quer um Irão atómico à sua porta, nem uma corrida à bomba no Médio Oriente. A China e a Índia precisam do petróleo iraniano, mas também têm tudo a perder com uma catástrofe na região, que ameaçaria o seu abastecimento energético.

Ahmadinejad é um homem sem traquejo na política internacional, cuja visão do mundo encerra uma profunda desconfiança do Ocidente

Seguramente que Ahmadinejad age racionalmente. A sua subida ao poder significa a marginalização (pelo menos temporária) dos reformistas. Com a marginalização dos reformistas, no regime está em curso uma luta entre conservadores pragmáticos e radicais milenares. A escalada do conflito regional pode contribuir para fortalecer a sua posição doméstica, sobretudo porque Ahmadinejad teve uma vitória eleitoral inesperada. Além disso, o presidente iraniano calcula que os ocidentais recuarão perante sanções económicas que fariam subir a níveis insuportáveis o preço do petróleo (que em 2006, devido à procura crescente da China, Índia e … dos próprios Estados Unidos, sofreu um aumento de mais de 50%). Washington está também numa posição difícil: está envolvido no conflito iraquiano, do qual se quer retirar, e sabe que o Irão pode desempenhar um papel importante na estabilização do país. A intervenção militar não está, contudo, afastada.

O Irão está, segundo vários relatos, a preparar uma resposta em várias direcções se foram atacados pelos

… a ameaça resulta da política iraniana de apoio aos activistas e a grupos anti-Israel, aos rebeldes do Iraque e à eventual aquisição de um arsenal nuclear

Estados Unidos. A resposta de Teerão deverá ocorrer em vários cenários, a começar por Israel. Outro é o Iraque onde o Irão conta como o exército do Mahdi, de Muqtada al-Sadr, que se tornou uma das principais forças xiitas e agentes do Exército de al-Qods (um braço dos Guardas Revolucionários presente no Iraque). Teerão tem vindo a enviar elementos árabes (minoria no Irão) que devem servir de "quinta coluna" e a financiar copiosamente funcionários do governo, dirigentes locais e escolas religiosas no Iraque. Os Iranianos têm aumentado os financiamentos a al-Sadr abrindo novos campos de treino. A resposta terrorista deverá passar também pela activação do Hezbollah por via de Imad Mughniyeh, chefe das operações especiais do Hezbollah. Os serviços de informação norte-americanos acreditam que a capacidade de mobilização internacional do Hezbollah, equivalente ou mesmo superior à al-Qaeda, deve-se, em grande parte, à relação íntima do movimento com os serviços de informação iranianos. Para além de receptor directo de ajuda iraniana, o Hezbollah serve de ponto de ligação entre o Irão e os grupos radicais palestinianos (principalmente, a Jihad Islâmica e o Hamas) e ocasionalmente com a al-Qaeda. O plano de retorsão do Irão prevê os seguintes tipos de actuação:

Acções bélicas com mísseis contra as forças americanas no Golfo Pérsico;

Homens-bomba contra embaixadas e escritórios comerciais dos EUA no Médio Oriente, com possível extensão dos *raids* suicidas às instalações petrolíferas;

Mobilização de *basiji* (voluntários islâmicos), Guardas da Revolução e agentes do Exército al-Qods dentro do Iraque, em especial nas zonas central e sul;

Lançamento, por parte do Hezbollah, de milhares de *rockets* de longo alcance, fornecidos pelo Irão (via Síria), sobre a parte norte de Israel.

Não são de excluir acções na Faixa de Gaza, onde têm vindo a chegar dezenas de mísseis Katyusha e onde o Irão tenta captar novos elementos.

Fotos © Lusa

Maria do Céu Pinto
Professora na Universidade do Minho
e Auditora da AACDN

---

[1] Juan Cole, e-mail à autora através da rede Gulf2000, 12 de Abril de 2006.

[2] Anthony H. Cordesman, *Weapons of Mass Destruction in the Middle East,* Brassey´s para RUSI, London, 1991, pp. 16-7.

[3] Francisca Gorjão Fernandes, "Rice diz que Irão é «o maior desafio» dos Estados Unidos", *Público*, 10 de Março de 2006, p. 20.

Encontros e Desencontros Culturais entre Espanha e a Ibero-América

Carta do Reino do México ou Nova Hispânia, Luísiana, Nova Inglaterra, Carolina, Virgínia e Pensilvânia

É importante que, tanto Espanha quanto a(s) América(s), não esqueçam a abertura estruturante, de signo cultural, a Portugal e ao Brasil

Uma *raza cósmica* da Argentina ao México?

Foi no termo do século XIX que as últimas colónias espanholas na(s) América(s) chegaram à independência – Cuba e Porto Rico, acompanhadas das Filipinas e das ilhas Guam, cortaram, em 1898, com a ligação política à *metrópole*. Ao longo deste século, em Espanha, o conceito de *indiano* dizia respeito ao "indiano", ao "índio", ao "ameríndio", aos "naturais das Índias Ocidentais". Na acepção popular

espanhola o *indiano* era aquele que "regressa(va) enriquecido das Américas", como, de resto, ainda o reconhece o *Diccionario de la Real Academia Española* na edição por nós compulsada. Aqui, a palavra *indiano*, na quinta significação do termo, é empregue quando nos referirmos àquele "que regressa rico da América"[1].

Se nos situarmos no trânsito do século XIX para o século XX, altura em que o *lastro espanhol* estava sedimentado no *Novo Mundo*, encontramos esperanças de aprofundamento de cooperação que encontram solo fértil nos terrenos artístico, literário, filosófico e, mesmo, popular. Nesta altura há vasos comunicantes da América(s) para a Europa, e desta para aquela(s), quer no plano do cidadão médio, quer no plano da *intelligentzia*. No relacionamento entre a(s) América(s) e Espanha, se Paris e Madrid atraem alguns políticos e intelectuais ibero-americanos, outras cidades, estas genuinamente peninsulares, ou castiças, cativam muitos daqueles que, por via marítima, chegam até à *Península do Sol Poente*, a Hespéria dos Gregos da Antiguidade.

A Zona da América mais conhecida pela célebre corografia e pela opulência da província peruana e de Brasília

Durante o período de avaliação das sequelas das últimas independências ibero-americanas, mais precisamente em 1909, Vicente Blasco Ibáñez pronunciou no Teatro Odeón, de Buenos Aires, a primeira de um conjunto de onze conferências realizadas na capital argentina. Intitulava-se "A Argentina Vista de España"[2]. Nela, o seu autor sublinhava que se "Espanha é um fervedouro de raças; vós também o sois. Que é, então, aquilo que constitui a pátria? É algo ideal, algo alado, algo que flutua sempre no ambiente e nunca se condensa de um modo definitivo. E para vós e para nós, aqueles homens deram-nos uma pátria comum, deram-nos esse algo alado com a língua, o idioma mais rico, mais prodigiosamente rico de quantos se conhecem, deram-nos com esse algo que jamais se quebra, que irmana americanos e espanhóis, e que até ao fim dos séculos nos recordará um lar comum e nos ata a um mesmo e grande destino"[3].

São de registar, também, as iniciativas de aproximação entre Espanha e a(s) América(s), promovidas a um nível próximo do oficial. Referimo-nos ao labor levado a cabo pela *Unión Ibero-Americana*. Esta instituição, criada em 1885, editou mais de trezentos volumes e publicou as revistas *Unión Ibero-Americana* e a *Revista de las Españas*. Foi devido à iniciativa de Faustino Rodríguez San Pedro que, no âmbito da *Unión Ibero-Americana*, teve lugar o *Congreso Económico y Social Hispanoamericano*, realizado em 1900, e se começou a celebrar a *Fiesta de la Raza*, a partir de 1918.

Muitas das concepções acima aludidas, gratas ao "grupo geracional de Noventa Oito", assumem o intercâmbio cultural entre Espanha e a(s) América(s) como o conjunto de relações assentes numa matriz que, por via da assimilação, mais do que pela via da compreensão, incorporou elementos indígenas no *modus vivendi* e no *modus faciendi* daqueles que residiam nos territórios americanos, tendo nascido uma "cultura euro-americana" que desprezou, em larga medida, a componente ameríndia. Espanha continuava, apesar de tudo, a manter-se como o "ser forte" que conseguia dialogar com o(s) "ser(es) fraco(s)", depois de ter gerado mundos taxonomicamente inominados, até ao aparecimento do cartógrafo Amerigo Vespucci.

Apesar de o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre ter alvitrado, com a "teoria do luso-tropicalismo", de feição culturalista, exposta em *Casa-Grande & Senzala*[4] e em *O Mundo que o Português Criou*[5], a vocação regionalista e universalista dos portugueses e seus descendentes, bem como a sua tendência para a mestiçagem, que tomou forma no Brasil, a proposta de uma síntese entre a "hispanidad" e a "lusitanidade", concretizada a partir da Argentina e do Brasil foi levada a cabo pelo mexicano José Vasconcelos, na obra *La Raza Cósmica*.

Tendo por base reflexiva a verificação da mestiçagem realizada em todo o Centro e Sul do continente americano, o filósofo de Oaxaca propõe-nos a raça definitiva, a raça síntese ou raça integral, feita com o génio e com o sangue de todos os povos e, portanto, mais capaz da verdadeira fraternidade e de visão realmente universal"[6] que, para lá das raças branca, vermelha, negra e amarela, necessárias à manutenção da(s) América(s), teria a capacidade de aplicar

"a Ibero-América (...)
não é derivativamente anglo-americana
ou marxista
e sim autenticamente ibérica, indígena
e africana, mas sobretudo originalmente mestiça, includente
e não excludente"

"a lei dos três estados: o material, o intelectual e o estético"[7]. Seria por seu intermédio que se chegaria, "na América, antes de qualquer outra parte do globo, à criação de uma raça feita com o tesouro de todas as anteriores, a raça final, a raça cósmica"[8].

Depois da hora zero do diálogo

Actualmente, a Europa está voltada para si própria. A(s) América(s) procuram, sem o conseguirem atingir, um caminho próprio que lhe(s) permita(m) subsistir, por um lado, e aprofundar as suas especificidades histórico-culturais, por outro. Tal como afirmou Carlos Alberto Montaner, a(s) América(s) de raiz hispânica vive(m) a sua hora de agonia[9], depois de ter(em) manifestado esperanças sérias no porvir. Alfonso Reyes escrevia no jornal *El Nacional*, em 8 de Dezembro de 1940, sobre o *Problema y Angustia de América*: "A América está à espera da sua hora e sente-a prefigurar-se nos destinos do mundo. Algo prematuramente é chamada a cumprir o seu alto dever, o seu dever de continuadora de civilizações; mas alguma vez teria que começar e mais vale cedo do que tarde. Em duro momento é convocada a América para realizar a sua missão, mas todos os povos chamados a prosseguir a história foram-no igualmente por causa de um desastre. O voo começa contra o vento, não a favor do vento"[10].

As décadas mais recentes parecem ter concedido a este texto de ocasião um valor histórico que, infelizmente, não encontra eco no presente dos tecidos vitais da(s) América(s), tanto numa leitura feita no sentido dos paralelos, como numa leitura feita no sentido dos meridianos. O exílio – imposto ou voluntário – marca muito do pensamento dos dois últimos quartéis do século XX, gerado num continente que mergulhou numa crise em que se acentuam as zonas-sombra e a indefinição entitativa, criando-se uma *nostalgía* que, em alguns casos, talvez se encontre próxima desse "gosto amargo de infelizes", de que falava Almeida Garrett[11].

A Europa virou-se, estratégica e visceralmente, para a Europa, na sequência do termo da II Guerra Mundial, por um lado, e após a desagregação dos regimes socialistas, por outro. No Ocidente, surgiu, numa primeira fase, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), transformada a partir de 25 de Março de 1967 em Comunidade Económica Europeia (CEE), que se assume como realidade federalista, após a assinatura e ratificação dos Tratados de Maastricht e de Amsterdão. No Leste, o Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME), foi o contra-valor criado pelas economias de direcção central, em ordem a responder aos desafios transnacionais gerados a partir de Bruxelas/Estrasburgo – o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas marcou, também, a denúncia da proposta de criação, grotesca, de um *homem novo* a partir da seiva doutrinal marxista-leninista.

Um futuro tecido em órbitas diferentes?

Sabemos, por intermédio de Gabriel García Márquez, como o conhecimento que os europeus dos nossos dias têm acerca da(s) América(s) é avaliado no *Novo Mundo*: "Para os europeus a América do Sul é um homem de bigodes, com uma guitarra e um revólver – disse o médico, rindo sobre o jornal –. Não entendem o problema"[12].

É no contexto de uma crise civilizacional muito séria, e no âmbito de um *pensiero debole* que, em muitos casos, se afirma de maneira sinuosa pelas vias do "fácil" e do "consumista", que Espanha tem que abandonar a visão instrumental da(s) América(s), passando a abordar criativamente aqueles que são os eixos norteadores do pensamento ibero-americano contemporâneo: a vivência plural dos conceitos de Vida, de Liberdade, de Beleza[13]. Por outro lado, tanto a(s) América(s), quanto Espanha, não podem permanecer unicamente no nível da cooperação económica, no dealbar do terceiro milénio[14]. É importante que, tanto Espanha quanto a(s) América(s), não esqueçam a abertura estruturante, de signo cultural, a Portugal e ao Brasil. É deste modo que as palavras de Vamireh Chacon, sobre o *humanismo ibérico*, ganham relevância, num mundo ordenado em *blocos* político-económicos. Declara o ex-director do Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília: "Não existe determinismo, a história é uma façanha da liberdade, uma aventura do espírito, já assim a definia Croce. Seremos o que quisermos ser. Autocrítica não significa reconhecermos apenas o negativo e sim também o que fizermos de bom e certo"[15]. Convém termos presente, ainda segundo o ensaísta brasileiro, que "a Ibero-América não se encontrou a partir de sua própria experiência cultural, que não é derivativamente anglo-americana ou marxista e sim autenticamente ibérica, indígena e africana, mas sobretudo originalmente mestiça, includente e não excludente. Aprendemos que somos todos os nossos passados e que, se os excluirmos ou esquecermos, nós acabaremos enquanto povos ou nações. Sim, somos o extremo ocidental, o mais europeu que a Europa tem fora da Europa; mas somos uma Europa multirracial e policultural e esta é a nossa maior valia"[16].

A(s) América(s) tem(têm) de mostrar-se nas suas facetas genuínas, sem ter(em) de assumir-se perante a Europa como *señorito(s) satisfecho(s)* vestido(s) com trajes de Carnaval durante todo o ano, e que denunciam uma *mimesis* civilizacional angustiante – a(s) América(s) necessita(m) de perder, por si própria(s), o hábito de que

Oceano Pacífico, vulgarmente denominado Mar do Sul (1595)

a cultura vem, necessariamente, ou da antiga potência colonial, ou dos Estados Unidos da América. Só assim, Espanha e a(s) América(s) poderão conhecer-se. Para quê? Se para mais não for, para ambas terem legitimidade para dissentir em relação aos fundamentos e, sobretudo, aos caminhos vitais que se propõem trilhar, em *ambos os lados do mundo*, tanto no *Velho*, quanto no *Novo*.

É a partir daquilo que fomos, tanto em termos pessoais, quanto em termos familiares e, mesmo, civilizacionais, que poderemos determinar, com precisão, os contornos daquilo que pretendemos ser. Deste modo, numa época em que, no umbral da globalização – ou da mundialização – a hipótese de aniquilamento das culturas peninsular e ibero-americana não constitui uma utopia, devemos ter presentes as palavras avisadas de Pedro Cunill Grau, que afirma a prefiguração de um novo conceito de "Iberoamérica, que engloba tanto o pertencente aos povos da América que antes integraram os reinos de Espanha e Portugal, com a estas mesmas nações europeias"[17].

J. M. de Barros Dias, Professor
da Universidade de Évora e Auditor da AACDN

---

[1] REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, *Diccionario de la Lengua Española*, 21.ª ed., Madrid, Espasa-Calpe, 1992, p. 817.

N. do a.: Traduziremos, ao longo do presente texto, todas as citações que efectuarmos da língua espanhola. Tal opção prende-se como o desejo de tornarmos acessíveis, ao leitor, as reflexões levadas a cabo no idioma de Miguel de Cervantes.

[2] Cf. VICENTE BLASCO IBÁÑEZ, *Conferencias de Buenos Aires*, Buenos Aires, Imp. y Casa Editora A. Grau, 1909, in *Obras Completas*, 3.ª reimp., Madrid, Aguilar, 1987, Tomo IV, pp. 1183-1189.

[3] Id., ib., p. 1187.

[4] Cf. GILBERTO FREYRE, *Casa-Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*, Lisboa, Livros do Brasil, s. d., 524 (3) pp.

[5] Cf. GILBERTO FREYRE (Prefácio de António Sérgio), *O Mundo que o Português Criou. Aspectos das Relações Sociais e de Cultura do Brasil com Portugal e as Colónias Portuguesas*, 2.ª ed., Lisboa, Livros do Brasil, s. d., 221 (2) pp.

[6] JOSÉ VASCONCELOS, *La Raza Cósmica. Misión de la Raza Iberoamericana. Argentina y Brasil*, 4.ª ed., México, Espasa-Calpe Mexicana, 1976, p. 30.

[7] Id., ib., pp. 52-53.

[8] Id., ib., p. 53.

[9] Cf. CARLOS ALBERTO MONTANER, *La Agonía de América. Indagaciones sobre el Fracaso Hispanoamericano*, Barcelona, Plaza & Janés, 1989, pp. 7-27.

[10] ALFONSO REYES, "Problema y Angustia de América", *El Nacional*, 18.XII.1940, *in* PATRICIA ORTEGA RAMÍREZ (Selecção de), *Alfonso Reyes en "El Nacional". Antología Alfonsina*, Nuevo León, El Nacional-Gobierno del Estado de Nuevo León, 1989, p. 31.

[11] Cf. ALMEIDA GARRETT, *Camões*, in *Obras*, Porto, Lello & Irmão-Editores, s. d., Vol. II, pp. 301 e 422.

[12] GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ (Introdução de Joaquín Marco), *El Coronel no Tiene Quien le Escriba*, 6.ª ed., Madrid, Espasa-Calpe, 1990, pp. 80-81.

[13] Cf. ALAIN GUY, *Panorama de la Philosophie Ibéro-Américaine. Du XVI^e Siècle à Nos Jours*, Genève, Éditions Patiño, 1989, p. 242.

[14] São de assinalar os esforços realizados pela(s) América(s), ao longo da década de Noventa, no sentido da integração económica. Constituem exemplos destacados, neste âmbito, o *Mercado Comum do Sul* (MERCOSUL), o *Grupo Andino* (GRAN) e o *Mercado Comum Centro-Americano* (MCCA).

[15] VAMIREH CHACON, "O Humanismo Ibérico [Entrevista concedida a José Alberto Braga]", *JL. Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Lisboa, Ano XIX, n.º 748, 2-15.VI.1999, p. 5.

[16] Ibidem.

[17] PEDRO CUNILL GRAU, "Discurso de...", *in* AAVV, *Investidura de los Profesores Doctores Héctor Battifora, Daniel Pedro Cardinali y Pedro Cunill Grau como Doctores "Honoris Causa"*, Salamanca, Universidad de Salamanca-Secretaría General, 1999, p. 37.

Acontecimentos & Actualidades

Jantar-Debate
Reforma do Estado na Defesa Nacional

A comunicação social acabava de informar que, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, poderia ser equacionado o futuro do Instituto de Defesa Nacional.

Ficamos também a saber que a decisão do Governo sobre esta matéria seria, em princípio, brevemente tomada. Nestas circunstâncias e no reconhecimento da importância da manutenção do Curso de Defesa Nacional, **entendeu a Direcção**, a par de outras medidas de natureza mais institucional, **organizar de imediato um jantar-debate**, suscitando, deste modo, a reflexão conjunta sobre um assunto de tanta relevância. O jantar teve lugar no passado dia 30 de Março, no Clube Português de Tiro a Chumbo, e a discussão foi suscitada em torno do seguinte tema:

A Reforma do Estado na Defesa Nacional - o IDN e o Curso de Defesa Nacional: que perspectivas?

Muitos dos nossos convidados honraram-nos com a sua presença ou fazendo-se representar.

A urgência do debate não nos deixou o tempo suficiente para mais cuidada preparação e mais insistente divulgação. Não obstante, os Associados responderam prontamente à chamada e a sala foi pequena para tão significativa participação.

Os nossos Colegas Auditores do Curso de Defesa Nacional que presentemente está a ser ministrado foram também convidados a participar e também eles, em representação significativa, quiseram dar-nos o prazer de estar presentes, numa clara e inequívoca antevisão do que será, a curto prazo, já como associados, a sua participação na vida da AACDN.

O Orador convidado, TenGeneral Garcia Leandro, com o seu profundo saber, a sua grande experiência e a sua reconhecida capacidade de comunicar, a justificar que sempre o ouçamos com atenção e prazer, fez uma breve resenha da evolução da natureza do Curso de Defesa Nacional e das actividades do IDN, equacionando depois, embora neste contexto de quase completa falta de informação, algumas hipóteses de solução.

Mau grado a escassez de informação e a urgência do tema – a decisão do Governo tinha sido tomada pouco antes do início do jantar – o General Garcia Leandro fez uma análise fundamentada das consequências do eventual encerramento do Instituto de Defesa Nacional, analisando depois o enquadramento do Curso de Defesa Nacional noutros molde de funcionamento.

O mote estava dado e os participantes não se fizeram rogados.

Formularam perguntas, suscitaram novos ângulos de análise e fizeram comentários, todos de grande relevância para o futuro enquadramento dos Cursos de Defesa Nacional.

Mas cabe aqui uma referência muito especial aos anteriores Presidentes da Direcção da nossa Associação, que maciçamente ali estavam, motores e garantes da nossa força associativa, e que, com o brilhantismo e o entusiasmo a que nos habituaram, quiseram deixar o seu testemunho e as suas preocupações sobre este tema de tanta importância para o futuro da AACDN e para o desenvolvimento de uma cultura de Segurança e Defesa.

Comentário após comentário, resposta atrás de pergunta, e sem que disso nos déssemos conta, a noite foi avançando e, pelo adiantado da hora, foi mesmo necessário pôr termo a tão entusiástico, participado e profícuo debate.

Silva Monteiro

Novo Conselho Directivo
da Delegação do Porto

Tomou posse no passado dia 17 de Fevereiro o Conselho Directivo da Delegação do Porto da AACDN, para o biénio de 2006-2007. A cerimónia teve lugar no Instituto da Defesa Nacional e nela foram empossados os Corpos Directivos a nível nacional e das Delegações Regionais. Assim, em resultado da decisão do Conselho Regional reunido em 25 de Janeiro, fazem parte do Conselho Directivo da Delegação do Porto, Isilda Braga da Costa Monteiro, Cândida Loureiro e José Luís Pinheiro Torres, como elementos efectivos, e José Alberto Campos Neves, Jorge Lemos Costa e David Magalhães, como suplentes.

Vida Interna da Associação

Concretizando a intenção de dar mais visibilidade e participação activa das Delegações Regionais na vida da AACDN, a Direcção iniciou uma ronda de reuniões do colectivo directivo.

Em 17 e 29 de Março, houve reuniões de trabalho nas sedes das Delegações Regionais do Porto e de Coimbra, para análise e discussão dos factores que decisivamente podem influir na melhoria do funcionamento global da AACDN. Além da Direcção Nacional, estiveram presentes todos os membros dos Conselhos Directivos.

No Porto, a reunião teve lugar no Castelo de S. João da Foz e estiveram presentes: a Presidente da Delegação, Profª Doutora Isilda Monteiro; e os vogais Engª Cândida Loureiro e Dr José Pinheiro Torres.

Em Coimbra, a reunião de trabalho teve lugar no Palácio de S. Marcos, dependência da Universidade de Coimbra, e nela estiveram igualmente presentes todos os membros do Conselho Directivo: o Presidente da Delegação, Prof Doutor Silva Pereira; e os vogais Engº João Gomes Rebelo e Drª Helena da Silva Marques.

Após a reunião, e ainda no Palácio de S. Marcos, com o alto patrocínio do Governo Civil de Coimbra e da Universidade de Coimbra, realizou-se uma cerimónia de tomada de posse dos membros da delegação eleitos para o biénio 2006-2007. As forças *vivas* da Cidade de Coimbra deram ainda maior dignidade à cerimónia, onde estiveram presentes, o Governador Civil de Coimbra, o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, e o MajGeneral Comandante da BLI, sediada naquela cidade.

Seguiu-se um jantar-convívio no Palácio, onde, além dos convidados, participaram inumeros membros do Conselho Regional.

Plano de actividades para 2006

Ao iniciar o mandato em que a Direcção foi recentemente empossada, e para cumprimento do Plano de Actividades para 2006 aprovado na última Assembleia Geral, apresentamos aos associados as linhas gerais que vão orientar a nossa acção no corrente ano.

Assim, o tema de reflexão para o ano em curso será *Portugal no Século XXI – Tradição e Desenvolvimento*. Todas as actividades calendarizadas reflectirão este tema. Destacamos, com estudos já iniciados,o Encontro Anual, a realizar no período de 5 a 8 de Outubro, que está a ser preparado para ter lugar na cidade de Guimarães, com o título genérico de *Portugal.com - Tradição e Excelência para o Século XXI;* a revisão do Regulamento Eleitoral é procupação de primeira hora da Direcção. Foi constituido um grupo de trabalho, que já reuniu, com a missão de reflectir sobre esta matéria e elaborar uma proposta para apresentação à Assembleia Geral da AACDN.

Esse grupo é constituido pelos seguintes associados:

- Dr José da Silva Monteiro, que coordena;
- Dr Manuel Gameiro;
- MajGeneral Mariz Fernandes;
- C/ Almirante Martins Guerreiro; e
- Dra Dorinda Vagos Gomes.

Entretanto, esperamos brevemente abrir um novo ciclo de Jantares-debate, uma das actividades com maior tradição na história da AACDN, com o tema *O Papel das Forças Armadas no Portugal do Século XXI*.

A viagem anual será à Croácia, no período de 23 a 30 de Julho, uma das novas repúblicas de Europa que, saindo do pesadelo de uma guerra fraticida, reencontrou o seu caminho na História. Resultante da desagregação da Jugoslávia, é limitada a Norte pela Eslovénia e Hungria, a Leste pela Sérvia e Montenegro e Bósnia-Herzegovima e a Sul e Oeste pelo Mar Adriático (através do qual contacta com a Itália). A capital é a cidade de Zagreb, mas além desta, outras cidades ficaram retidas na memória dos anos 90: Split, Dubrovnik, Zadar.

É esse país que nos propomos descobrir, um país entre a História e a reconstrução.

Dubrovnik e o Mar Adriático

€ € € € €

Quotas em 2006

€ € € € € € € € € € € € € € €

Em Assembleia Geral ordinária da AACDN, foi deliberado fixar a quota anual em **60,00 Euros**, valor que entrou em vigor em Janeiro de 2005. Tal valor mantem-se em 2006.

Para os associados que ainda não tiveram oportunidade de o fazer, **solicita-se o pagamento das quotizações**, actual e em falta, utilizando um dos seguintes meios:

- Por débito na conta bancária do sócio, através do preenchimento e remessa à Sede da AACDN (Praça do Príncipe Real, nº 23 R/C Dtº, 1250-184 Lisboa) do impresso de "autorização de débito em conta", enviada com o Boletim 14/2004;
- Por transferência ou depósito na conta bancária da AACDN, na Caixa Geral de Depósitos (NIB: 0035 0667 0000 0479 0307 7), que poderá ser efectuado em qualquer Caixa Multibanco, num balcão da Caixa Geral de Depósitos, ou através do Internet Banking;
- Por transferência directa na CGD para a conta 0667 000479 030;
- Por cheque remetido à Sede.

Em qualquer dos casos, é fundamental **indicar sempre o número de sócio**, de modo a permitir aos Serviços da Associação identificar a proveniência dos valores recebidos.

Apresentação de cumprimentos

A Direcção da Associação, representada pelo seu presidente, Ançã Henriques, e vice-presidentes, Silveira Sérgio e Silva Monteiro, deslocou-se ao Ministério da Defesa, no passado dia 18 de Abril, a fim de apresentar cumprimentos ao titular da pasta, Dr Luís Amado.

A audiência foi muito profícua, pois o Ministro da Defesa manifestou a maior colaboração com a Associação.

A apresentação de cumprimentos ao CEMA, Almirante Melo Gomes, ocorreu em 20 de Abril. A Direcção foi representada igualmente pelo presidente e vice-presidentes e pelo vogal Marques Fernando. A disponibilidade para com a AACDN foi, também, manifestada pelo Almirante CEMA.

Em 8 de Maio, foi feita a apresentação de cumprimentos ao Chefe do Estado-Maior do Exército, General Valença Pinto. A delegação da Direcção, desta vez, era constituída pelo presidente, pelo vice-presidente, Silveira Sérgio, pela secretária, Dorinda Gomes, e pelo vogal Marques Fernando.

Igualmente o Chefe deste ramo das Forças Armadas mostrou a maior disponibilidade para com a AACDN.

Actualização do Endereço Electrónico

Com o apoio e patrocínio da PT e Telepac, foi instalado na Sede da AACDN o sistema ADSL de ligação rápida à Internet.

Numa base de rapidez e eficácia, esta nova situação permite encarar de modo diferente a ligação ao exterior, só viável se dispusermos dos endereços electrónicos de todos os associados.

Por experiência, verifica-se que uma boa parte dos endereços disponíveis está desactualizado ou incorrecto, urgindo um esforço de actualização, vantajoso para todos.

Apelando ao espírito de colaboração, agradecemos que, com uma simples mensagem de teste, informem a AACDN do seu endereço electrónico actual, profissional e pessoal.

Para o efeito, é possível utilizar os seguintes endereços:

aacdn.sede@mail.telepac.pt
aacdn@oninet.pt
www.aacdn.pt <http://www.aacdn.pt>
(forum do nosso site)
213 465 888 (Telefone)
213 257 888 (Fax)

Conferências do Castelo

Riscos e Defesa Nacional

Integrado no 2º Ciclo de Conferências do Castelo, organizado conjuntamente pela AACDN - Delegação do Porto, IDN e Universidade Católica, realizou-se entre os dias 30 de Março e 1 de Abril o Seminário subordinado ao tema *Riscos e Defesa Nacional*. A sessão de abertura contou com a presença do Secretário de Estado da Defesa Nacional e Assuntos do Mar, Dr Manuel Lobo Antunes. A pertinência do tema e a relevância dos nomes dos conferencistas convidados justificaram a presença de muitos Associados no Auditório da Reitoria da Universidade do Porto e uma participação activa nos debates que então tiveram lugar.

As questões da energia

Como podemos considerar o problema da energia em Portugal, com que olhos devemos ver o seu futuro e como entender as várias questões que se encontram associadas a este tema, como o seu preço, a nossa dependência comum e as fragilidades que provoca à sociedade e ao País?

Foi neste âmbito, de procura de respostas e de um espaço de discussão que a AACDN, em parceria com o IDN, com a ajuda de inquestionáveis peritos, procurou expor aos Auditores e à sociedade em geral, visando uma discussão ponderada e enriquecedora para a região e para o País.

Assim, no passado dia 16 de Fevereiro, no início do 2º Ciclo das Conferências do Castelo, as questões energéticas nacionais foram analisadas, com o inegável brilho e profundidade habituais, pelo Engº Mira Amaral e pelo Prof Oliveira Fernandes. Numa sessão moderada pelo Engº Victor Baptista, os conferencistas proporcionaram aos Associados da AACDN uma exposição sistemática e muito bem estruturada dos vários problemas que se prendem a este tema.

Num momento em que o mundo descobre que o seu modelo, de anos de funcionamento, está em questão, pela emergência de novos consumidores de grande dimensão, pelo esgotamento cada vez mais próximo das reservas energéticas, pela novidade do ciclo de crise diferente da dos anos 70, e onde Portugal procura reorientar a sua estratégia económica, um dos aspectos-base que se coloca é o dos recursos energéticos de que necessitamos.

A equação do petróleo barato para promover o desenvolvimento, o modelo de financiamentos energéticos sustentados por um orçamento de Estado ou o acesso a recursos próprios são situações sem cabimento presente. Assim, é imperativo entender que rumo ou que possíveis vias podemos discutir e sentir como propícias para o modelo económico que urge instalarmos em Portugal.

Foi esse o cerne da discussão promovida pela Delegação do Porto da AACDN e em que os conferencistas partiram da análise da situação internacional, com particular ênfase no papel dos *major players* mundiais e na fragilidade que se começa a sentir pela redefinição do xadrez mundial e o aparecimentos de novos parceiros; parceiros esses pequenos, mas com enorme capacidade de influência pelo *stress* do mercado, sejam eles de cariz empresarial ou nacionalista regional.

As questões de âmbito global, como o preço do barril de petróleo, ficam sujeitas aos interesses dos grupos de pressão, como é o caso dos produtores, ou dos países produtores como os sul-americanos, em nome de uma independência nacional criteriosamente estudada num quadro de afirmação e manutenção de poder.

Naturalmente que a questão é imperativa para Portugal, que, não sendo produtor e possuindo uma economia marginal mas mundialmente integrada, se vê confrontado com uma subida constante do preço da energia, em simultâneo com uma invasão de produtos provenientes da China, que impedem que se incremente o preço final dos bens gerados em território nacional, aumentando, assim, a fragilidade intestina portuguesa.

Portanto, ao contrário da crise dos anos 70, hoje temos um quadro operacional onde o preço da energia sobe, mas que está associada a um transferência da zona de produção da Europa para a China, o que impede um reequilíbrio natural do ciclo associada à dependência externa de bens, como o petróleo.

É da busca de soluções alternativas, como as energias renováveis ou o nuclear, que parece ser a solução estrutural para Portugal, já exaurido por um longo período de governação falhada nas suas linhas estratégicas, por um ciclo económico internacional complexo e por um crescendo interno dos custos gerais de operação produtiva, mas cuja implementação implica uma criteriosa análise.

Que vantagens existem e em que condições se deverá considerar uma hipótese de inversão de ciclo?

Estará Portugal tecnicamente apto a suportar e a rentabilizar investimentos em aerogeradores, numa central nuclear, ou noutro tipo de sistema que nos assegure alguma margem económica para apoiar um novo ciclo económico nacional?

E se, em lugar de dispender verbas colossais, como as dos investimentos de longo prazo nas centrais produtoras de energia, se se procurasse racionalizar as formas como usamos ou abusamos do petróleo?

Estas e outras questões foram criteriosamente escalpelizadas pelos oradores, que numa lógica de interesse nacional, aflorando todos os temas e aspectos associados, expuseram e partilharam com a vasta plateia, suscitando a discussão e o vivo debate que se seguiu.

Engº Campos Neves

Muitos continuam a ser os Auditores dos Cursos de Defesa Nacional que, ao longo de mais de três décadas, se notabilizaram nas mais diversas áreas: nas Artes ou nas Letras, nas Ciências ou na Educação, na Política ou na Guerra. Porque a sua acção é digna de mérito, vale a pena ficar a conhecê-los... indiscriminadamente...

UmDeCadaVez

Alberto António Rodrigues **Coelho** nasceu a 24 de Março de 1955 em Rio de Loba, distrito de Viseu. É licenciado em Direito, tem uma Pós-graduação em Direito Desportivo e o Curso de Auditor de Defesa Nacional.

A sua experiência profissional passa pelo Conselho da Revolução, no Gabinete de Relações Públicas, pelo Estado-Maior-General das Forças Armadas e pelo Ministério da Defesa Nacional.

No EMGFA, integrou: a Comissão de Saúde no grupo de trabalho para a criação da Escola do Serviço de Saúde Militar, para o levantamento da situação dos recursos humanos afectos aos três Ramos na área da Saúde; a Comissão OTAN-EUROMED (Saúde) com o desenvolvimento de tarefas de coordenação das propostas dos Ramos e de outros órgãos do EMGFA, elaborando pareceres enquadrados no âmbito dos Recursos Humanos e das Infra-Estruturas de Saúde da OTAN e EUROGRUPO, tendo colaborado na organização das Reuniões Plenárias do EUROMED. Em 1990, foi colocado na Divisão de Logística.

No MDN desempenhou funções na Direcção-Geral de Pessoal e Infra-Estruturas, no Gabinete de Recursos Humanos.

No âmbito da reestruturação dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, foi nomeado para o grupo de trabalho multiministerial e departamental, para alteração do regime jurídico das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico; elaborou documentos preparatórios e finais de reestruturação da Escola do Serviço de Saúde Militar; procedeu à analise do projecto de estatuto de transformação do Lar de Veteranos Militares em Residência Militar de Runa; e eleborou o projecto de decreto-lei relativo à comparticipação nas despesas com o fardamento das praças em regime de contrato.

Foi Presidente da Assembleia Geral da Associação SIDA/Positivo, Vice-Presidente da Federação Portuguesa de Atletismo e membro da comissão juridica do Comité Olímpico de Portugal. Foi, ainda, Assessor do Ministério do Equipamento.

A partir de 1999, a sua actividade no Ministério da Defesa Nacional passou a ser mais destacada:

Como Assessor juridico do Ministro, Subdirector-Geral de Pessoal, Subdirector-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, Chefe do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do MDN e Adjunto do Ministro da Defesa Nacional.

Actualmente, é o Director-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar.

Foi condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos e com a Medalha da Defesa Nacional de 1ª Classe.

Empresas e Instituições amigas da AACDN

Grupo SATA — Touch the Azorean Spirit
ANA Aeroportos de Portugal SA
Millennium bcp
BPI
Caixa Geral de Depositos
Montepio Geral
PT
DELTA
Global Companhia de Seguros, S.A.
SGC
Brisa
Águas de Portugal
M. & J. Pestana — Sociedade de Turismo da Madeira S.A.
Auto-Sueco (Coimbra), Lda.
ren — Rede Eléctrica Nacional, S.A.
Fundação Luso-Americana
Jornal do Exército